



Formulação das Metas Nacionais e Prioridades Estratégicas 2016

Caderno de Orientações Técnicas

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Brasília, maio de 2015.

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 198, de 1º de julho de 2014, instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, estabelecendo missão, visão, valores e macrodesafios.

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Macrodesafios:

- Garantia dos direitos da cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Combate à corrupção e improbidade administrativa
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- Aprimoramento da gestão da justiça criminal
- Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
- Melhoria da gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão de custos
- Instituição da governança judiciária
- Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

Os macrodesafios expressam as diretrizes gerais da Justiça e servem como fundamento para a proposição de metas nacionais e prioridades, e para o planejamento estratégico dos tribunais.

A implementação da Estratégia do Poder Judiciário ocorre com o auxílio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instituída pela Portaria CNJ n. 138/2013.

Princípios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

O CNJ considera os seguintes princípios na condução da Estratégia Nacional:

- ➔ **Descentralização:** O acompanhamento e a gestão da estratégia nacional são compartilhados entre o Conselho

Nacional de Justiça e a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que representa os tribunais brasileiros.

- **Autonomia:** Respeito à autonomia organizacional e administrativa dos Tribunais, em harmonia com o papel institucional do Conselho Nacional de Justiça.
- **Alinhamento e integração:** As metas nacionais e os planos estratégicos dos órgãos do Poder Judiciário deverão observar a Estratégia Nacional no que lhes for aplicável, respeitada a autonomia para deliberações complementares sobre a estratégia do segmento de justiça, quando houver, e dos órgãos do Poder Judiciário.
- **Participação:** O Conselho Nacional de Justiça incentiva que a Rede de Governança Colaborativa e os próprios tribunais dialoguem com os magistrados e os servidores para o desenvolvimento da estratégia do Poder Judiciário. Esse diálogo possibilita que as propostas sejam legitimadas por aqueles atingidos pelas metas.
 - Esse princípio visa garantir que magistrados, servidores e suas associações representativas possam opinar sobre os caminhos a serem trilhados pelo Poder Judiciário, tanto no âmbito nacional quanto internamente a cada tribunal.
- **Avaliação sistêmica dos problemas que afetam o Judiciário:** A complexidade dos problemas enfrentados pelo Poder Judiciário requer análises sistêmicas, possibilitando verificar como os problemas existentes se interligam e como as soluções podem ser compartilhadas, tanto no âmbito interno (tribunal) como pelo segmento de justiça ou por todo o Judiciário.
- **Diálogo com parceiros do Judiciário:** A definição de novos projetos e iniciativas pode se beneficiar do diálogo entre as

instituições e, eventualmente, resultar em parcerias frutíferas para o aprimoramento do Judiciário.

- ➔ **Transparência e controle social:** Disponibilidade das informações e dos resultados da estratégia dos Tribunais de forma a possibilitar à sociedade acompanhar o desempenho institucional e os compromissos firmados.

Formulação das Metas Nacionais e Prioridades Estratégicas 2016

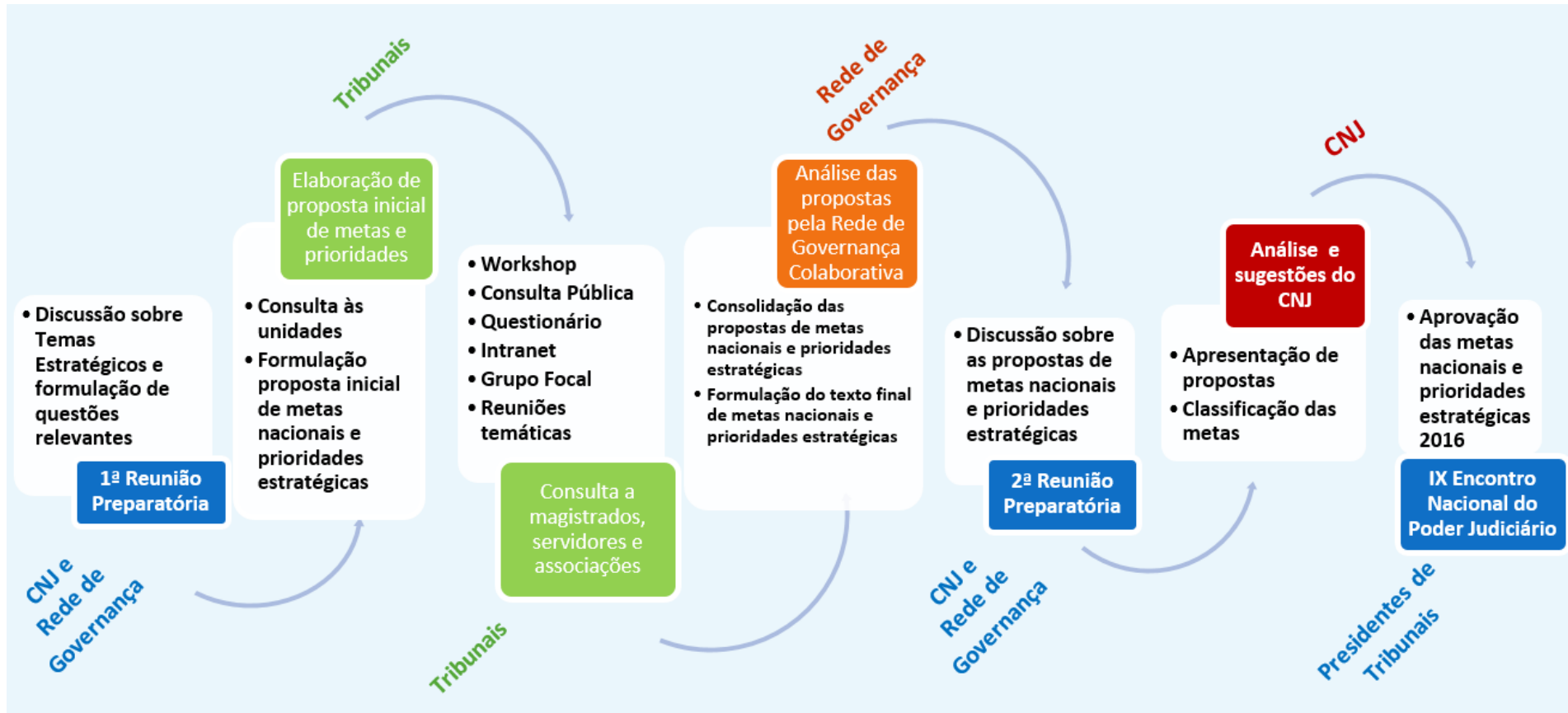
O Departamento de Gestão Estratégica vem apresentar uma nova modelagem para o processo de formulação das metas nacionais e prioridades estratégicas do Poder Judiciário, pautada nos princípios democráticos de representação e participação.

A representação dos Tribunais e segmentos de Justiça foi instituída formalmente por meio da Rede de Governança Colaborativa do Judiciário.

A participação, por sua vez, é um processo que requer a atuação dos representantes e a realização de ações locais junto aos representados, como audiências, workshops, pesquisas internas e outras formas usuais, a fim de envolver e dar voz a magistrados e servidores diretamente envolvidos na concretização das metas ou atingidos pelas políticas judiciárias.

Nova modelagem

Para incluir a etapa de participação nos tribunais, o Conselho Nacional de Justiça vem apresentar uma nova modelagem para o processo de formulação das metas nacionais e prioridades estratégicas, a seguir:



1ª Etapa – 1ª Reunião Preparatória

A 1ª Reunião preparatória tem por finalidade promover diálogos sobre temas estratégicos, reflexões e trocas de experiências entre os tribunais.

Com base nos resultados das discussões, e em outros temas de interesse, espera-se que os tribunais e as redes de governança iniciem a formulação das metas nacionais e prioridades estratégicas de 2016.

2ª Etapa – Elaboração de proposta inicial de metas nacionais e prioridades

Com base nas reflexões sobre os “temas estratégicos” da 1ª Reunião Preparatória, e outros de interesse, sugere-se que cada Tribunal reúna lideranças das áreas finalísticas e de apoio para elaborar uma proposta contendo sugestões de metas e prioridades nacionais ou para o segmento de justiça.

3ª Etapa – Consulta a magistrados, servidores e associações

Nesta etapa, sugere-se que a proposta de metas nacionais e prioridades estratégicas para 2016 (ou para o segmento de justiça) - preparada na etapa anterior - seja submetida a alguma forma de consulta e participação, com amostra representativa de magistrados e servidores, e com associações, para contribuições.

Apresentamos, a seguir, sugestões de ações para o envolvimento e a participação de magistrados e servidores na construção (elaboração/validação) de propostas de metas

nacionais e prioridades estratégicas. O Departamento de Gestão Estratégica está disponível a fornecer mais orientações práticas para essa finalidade.

- **Workshop:** Essa ação possui um caráter dinâmico e prático. Requer um facilitador com conhecimento técnico e habilidade para condução das atividades em grupo. Faz-se necessário boa comunicação e relação interpessoal. É comum que os trabalhos envolvam tarefas de recortes, de construções em subgrupos, de organização de painéis, de plenárias com recursos multimídia. O espaço deve favorecer a criatividade e a liberdade para exposição das ideias acerca das propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas.
- **Consulta Pública:** A consulta pública pode ser disponibilizada a todos os magistrados, servidores, associações de magistrados, entidades de servidores e demais parceiros do Judiciário, a fim de possibilitar a construção e validação das propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas. As opiniões podem ser coletadas por formulários eletrônicos, e-mail ou outros meios. Propõe-se que a consulta seja amplamente divulgada com antecedência, possibilitando a participação de todos.
- **Pesquisas internas:** Outra ação possível é a divulgação de questionários em que os participantes possam opinar sobre questões pontuais sobre as metas nacionais atuais ou propostas futuras, informando quais devem permanecer e quais devem ser excluídas, por exemplo.

➤ **Grupo focal:** Trata-se de um grupo de discussão de tamanho reduzido que visa obter informações qualitativas acerca de determinados tópicos. Os participantes são reunidos para avaliar conceitos e identificar soluções para determinados problemas. Por meio do grupo focal, é possível identificar sentimentos, percepções, atitudes e ideais a respeito de determinado assunto. Para isso, requer um moderador com experiência e habilidade para condução do grupo. Espera-se que o espaço possibilite um ambiente de diálogo e troca relacionados às metas nacionais e às prioridades estratégicas. É importante que os participantes se sintam à vontade para compartilharem suas ideias e opiniões. Ao final, o moderador reúne todas as informações e percepções coletadas e finaliza as propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas.

➤ **Reuniões Temáticas:** O organizador apresenta aos participantes a proposta inicial de metas nacionais e prioridades discutidas previamente pelas áreas técnicas. Em seguida, os participantes são divididos em grupos, conforme afinidade e *expertise*, mantendo a heterogeneidade da composição por magistrados e servidores, quando necessário. Os grupos podem alterar, incluir ou excluir a redação das possíveis metas a fim de elaborar as propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas.

Ao final das atividades de participação promovidas, o Tribunal (com apoio do Representante da Rede de Governança Colaborativa) consolida a proposta de seu Tribunal para as metas

nacionais e prioridades estratégicas de 2016, que serão encaminhadas à análise da Rede de Governança.

A participação de magistrados e servidores permite uma expressão legítima das opiniões prevalentes no Tribunal.

4ª Etapa – Análise das propostas dos Tribunais pela Rede de Governança Colaborativa

Nesta etapa, a Rede de Governança Colaborativa consolidará as propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas de 2016. É comum a realização de reuniões entre os membros da Rede, presenciais ou por videoconferências, para facilitar as discussões.

Na análise das propostas, sugere-se que a Rede observe a prevalência das sugestões dos Tribunais acrescidas de análises técnicas, considerando informações estatísticas, dados do relatório “Justiça em Números”, outros diagnósticos existentes e desempenho nos anos anteriores.

5ª Etapa – 2ª Reunião Preparatória

A reunião visa à discussão e finalização das propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas dos segmentos para 2016, alinhadas aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Além disso, é oportunidade para conhecer dados atualizados do Relatório Justiça em Números.

6ª Etapa – Análise e sugestões do CNJ

Após a 2ª Reunião Preparatória, o CNJ aprecia as propostas conforme metodologia de classificação das metas nacionais, que

considera a sua abrangência e relevância estratégicas, podendo classificá-las em nacionais, específicas ou institucionais. As metas nacionais e específicas são levadas ao Encontro Nacional do Poder Judiciário para apreciação dos Presidentes.

É importante ressaltar que a Presidência do CNJ pode apresentar propostas aos Presidentes dos Tribunais, que terão autonomia para deliberar quanto à aprovação no Encontro Nacional.

7ª Etapa – Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Encontro Nacional é o fórum democrático para deliberação e aprovação das metas nacionais e prioridades estratégicas para o ano seguinte.

Além de um fórum de planejamento estratégico nacional, o Encontro é, ainda, um espaço de diálogo e de definições para o futuro do Poder Judiciário.

Considerações finais

Com a nova modelagem proposta para a formulação de metas nacionais e prioridades estratégicas, é um compromisso de todos incentivar a participação, considerando as opiniões prevalentes dos órgãos do Judiciário, seus magistrados e servidores.